

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.577.415 - DF (2016/0005483-9)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : SUELHA RODRIGUES FERREIRA DE FUSARO
RECORRENTE : IONE RODRIGUES FERREIRA
ADVOGADO : DILSON CARVALHO DA CUNHA - DF019396
RECORRIDO : BIAGIO SANTORO - ESPÓLIO
REPR. POR : JOSE DE AGUIAR SANTORO - INVENTARIANTE
ADVOGADO : MARCELO MOREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S) - DF014304
AGRAVANTE : ALISSON HENRIQUE ALVES DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : JULIANA MARTINS RABELO DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : ALEXANDRE ALVES DE CARVALHO E OUTRO(S) - DF031099
PAULO ROBERTO RESENDE BOAVENTURA - DF029299
AGRAVADO : BIAGIO SANTORO - ESPÓLIO
REPR. POR : JOSE DE AGUIAR SANTORO - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : WALTER DE CASTRO COUTINHO - DF005951
MARCELO MOREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S) - DF014304
INTERES. : GIAN CARLO FABIAN FUSARO GIL
ADVOGADOS : DILSON CARVALHO DA CUNHA - DF019396
VIVIAN MIRANDA BISPO DA PAZ - DF035646
INTERES. : DIEGO HENRIQUE FERREIRA DE ARAÚJO
INTERES. : LEONARDO DI PASTENA
INTERES. : BRENO LAURINDO FERREIRA DE ARAÚJO
INTERES. : DIEGO DI PASTENA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ÁREA PÚBLICA DISPUTADA ENTRE PARTICULARES. POSSE ANTERIOR AO PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO E ESBULHO DEMONSTRADOS. REVER O ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DESTA CORTE. EXTINÇÃO DOS EFEITOS DA PROCURAÇÃO. MATÉRIA NÃO DEBATIDA PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OBSERVÂNCIA DA SÚMULA Nº 282 DO STF. POSSIBILIDADE DO SOCORRO ÀS DEMANDAS POSSESSÓRIAS. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO, NA PARTE CONHECIDA.

DECISÃO

ESPÓLIO DE BIAGIO SANTORO, representado por seu inventariante José de Aguiar Santoro, (ESPÓLIO DE BIAGIO) ajuizou ação de reintegração de posse contra IONE RODRIGUES FERREIRA (IONE) alegando que o

Superior Tribunal de Justiça

Biagio adquiriu, aos 4/7/89, por força de instrumento de procuração outorgado por Milton Lourenço Luiz, a Chácara 323, localizada na Colônia Agrícola Vicente Pires, situada em Taguatinga/DF, contendo 25.000 mts².

Aduziu que nesse mesmo documento Biagio substabeleceu os poderes relativos aos direitos, por ele mantidos, para a Fundação Zoobotânica do DF, sendo que aos 2/4/01 requereu autorização da mencionada fundação para edificar uma casa de alvenaria na propriedade, salientando que os recursos para a construção seriam doados por seu pai, Sebastiano Santoro.

Afirmou que o Biagio residiu no imóvel até seu falecimento ocorrido aos 2/8/91, sendo que quando da abertura de seu inventário se descobriu que mencionado imóvel havia sido alvo de grilagem e desmembramento promovido por Iva Rodrigues Ferreira.

Sustentou que ajuizou ação cautelar de sequestro do mencionado imóvel que foi julgado procedente para reconhecer o inventariante como fiel depositário do bem.

Informou que está caracterizado o esbulho possessório praticado por IONE porque por meio de laudo de vistoria realizado nos autos da ação de protesto contra alienação de bens ajuizada por José, inventariante de Biagio, foi apurado que mencionada chácara havia sido dividida em 21 lotes, sendo ela ocupa um desses lotes (LOTE 19), objeto da presente ação, de forma indevida.

Por força de determinação judicial foram incluídas no polo passivo da presente ação SUELHA RODRIGUES e IVONE RODRIGUES FERREIRA, que contestaram a ação (e-STJ, fls. 156 e 163/169).

IONE foi excluída do polo passivo da ação (e-STJ, fl. 188).

Também foram incluídos no polo passivo, por determinação judicial, GIANCARLO FABIAN FUSARO GIL, esposo de SUELHA, e DIEGO DE PASTENA, marido de IVONE (e-STJ, fl. 240).

O ESPÓLIO DE IVONE foi incluído no polo passivo em virtude de seu falecimento (e-STJ, fl. 272).

ALISSON RODRIGUES ALVES DE OLIVEIRA e JULIANA MARTINS RABELO DE OLIVEIRA (ALISSON e JULIANA) requereram o ingresso no feito, sendo que foi deferido na condição de terceiros interessados/assistentes dos réus, por serem os atuais ocupantes do Lote 19-A (e-STJ, fls. 471).

Em primeira instância, o pedido foi julgado procedente para determinar a reintegração de posse do imóvel localizado na Colônia Agrícola Vicente Pires, Chácara 323, lote 19 e seu eventual subparcelamento, nas mãos do ESPÓLIO, concedendo prazo

Superior Tribunal de Justiça

de 15 dias para desocupação voluntária, sob pena de desapossamento forçoso. Na ocasião, os réus foram condenados ao pagamento das custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios fixados em R\$ 5.000,00, observada a gratuidade de justiça concedida à SUELHA.

Tanto ALISSON e JULIANA, quanto SUELHA e IONE apelaram, sendo que o Tribunal Estadual negou provimento a ambos os recursos, nos termos do acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. PRELIMINAR REJEITADA. CONFLITO ENTRE PARTICULARES SOBRE TERRA PÚBLICA. ANÁLISE DA MELHOR POSSE. ESBULHO COMPROVADO. LITIGIOSIDADE NOTÓRIA ANTES DA CESSÃO DE DIREITOS. BOA -FÉ AFASTADA. DIREITO À MORADIA. LIMITES CONSTITUCIONAIS. SENTENÇA MANTIDA.

- 1. A despeito de não existir posse em terra pública, o conflito entre particulares relativo à situação de fato de detenção sobre o bem é passível de ser dirimido pela Via dos interditos possessórios, sob pena de violação ao princípio da inafastabilidade da jurisdição. Preliminar rejeitada.*
- 2. Sendo inequívoca a existência da posse anterior, a prática de esbulho pela parte ré e a perda da posse, merece ser mantida a sentença que julgou procedente o pedido de reintegração de posse.*
- 3. Não prospera a afirmação dos réus de que desconheciam qualquer vício à aquisição do imóvel e que o ocupavam de boa -fé, especialmente quando constatada a existência de decisão judicial de sequestro e de protesto contra alienação do bem, dando publicidade à litigiosidade da coisa.*
- 4. Eventual direito à meação do imóvel deve ser tratado em autos próprios (processo de inventário), uma vez que o direito sucessório, relacionado ao domínio, não se confunde com a ação possessória.*
- 5. O direito à moradia possui limites constitucionais, tais como o direito à propriedade de outrem, não podendo ser invocado para justificar o esbulho de área não abandonada.*
- 6. Recursos não providos (e-STJ, fls. 860/861).*

Inconformadas, SUELHA e IONE interpuseram recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da CF, alegando violação dos arts. 925 e 927, II, do CPC/73, ao sustentarem que (1) não foram demonstradas a posse do autor da herança anterior ao pedido de reintegração e o esbulho praticado; (2) o acórdão recorrido não levou em

Superior Tribunal de Justiça

consideração a extinção dos efeitos da procuração diante da morte do outorgado; e, (3) a impossibilidade jurídica do pedido por se tratar de terras públicas.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 942/951).

É o relatório.

Decido.

O recurso não merece provimento.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

(1) Da posse do autor da herança anterior ao pedido de reintegração e do esbulho

Nesse ponto, não merece guarida o inconformismo manejado por SUELHA e IONE.

Em relação à comprovação da posse do autor da herança anterior ao pedido de reintegração e do esbulho praticado por SUELHA e IONE, o Tribunal Distrital pontuou que:

No caso concreto, há provas do efetivo exercício da posse do imóvel ora em discussão pelo falecido Biagio Santoro, bem como do esbulho perpetrado pela parte ré, desincumbindo-se, pois, o espólio autor do ônus de provar os fatos constitutivos do seu direito (artigo 333, 1 do CPC). Deveras, constam dos autos a procuração em que o Sr. Milton Lourenço Diniz outorgou poderes a Biagio Santoro referentes à posse sobre a chácara 323 da Colônia Vicente Pires (fls. 13/14), a autorização da Fundação Zoobotânica para edificar a casa de alvenaria no referido lote (fl. 16), bem como o cadastro de produtor rural, onde o requerente consta como possuidor da área (fl. 19).

O depoimento da testemunha Helenice Franco Pacheco (fl. 425

Superior Tribunal de Justiça

dos autos em apenso - processo nº 2005 07 1 002411-8), ademais, confirmou que o Sr. Biagio Santoro exercia a posse sobre o bem antes do seu falecimento. A propósito, confira-se o seguinte trecho do depoimento:

"que conhece a chácara 323, localizada na Colônia Agrícola Vicente Pires, a qual visitou há aproximadamente 20 anos; que o ocupante do imóvel era a pessoa de Biagio Santoro; que à época não havia parcelamento da área; (...) que quando de sua visita havia uma casa sede, a casa do caseiro e plantações, dentre elas, de árvores frutíferas, que o imóvel era cercado; que conheceu a pessoa de nome Beni de Tal, esposa do Sr. Biagio Santoro; que algumas vezes visitou o imóvel, não se recordando, se nessas ocasiões, ter visto a pessoa de Beni de Tal no local; que não sabe informar se o casal morava juntos; que no imóvel estavam os demais herdeiros do Sr. Biagio Santoro, assim entendidos como filhos".

Por outro lado, o esbulho praticado pelos ora apelantes é manifesto.

De fato, desde o ano de 1991, existiam ações de sequestro (autos nº 14.887/91) e de protesto contra a alienação de bens (autos nº 18.241/91), as quais deram publicidade à litigiosidade da chácara ora reivindicada.

Ou seja, muito antes de os ora apelantes terem firmado o contrato de cessão de direitos sobre o bem já era notória a ocorrência do seu indevido parcelamento e apossamento, de modo que não podem, agora, invocar o desconhecimento desse vício e a boa-fé da posse.

De fato, constou do edital de notificação, publicado em setembro de 1991, os seguintes esclarecimentos:

"Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo de Direito se processam os autos da Ação de Protesto contra alienação de bens (Processo número 18.241/1991), requerida por JOSÉ DE AGUIAR, brasileiro, solteiro, de lides empresarias, filho de BIAGIO SANTORO, falecido nesta Cidade, em 02.08.01, contra IVA RODRIGUES FERREIRA, brasileira, solteira, de lides comerciais, com residência e domicílio na CSB 06, lote 07, ap. 402, Taguatinga Sul -DF. Sendo o presente para NOTIFICAR terceiros interessados para que não aleguem, posteriormente boa fé na negociação ou aquisição dos referidos bens, posto que tais atos são lesivos ao interesse dos credores do de cujus, bem como a seus herdeiros legítimos".

Nem se alegue que a Sra. Iva foi reconhecida judicialmente como companheira do outrora falecido Biagio e que, portanto, possuía direito à meação incidente sobre as terras. Em primeiro lugar, vale lembrar que a citada ação de reconhecimento de união estável pós- morte (processo nº 2005.07.1.011140-5) somente foi

Superior Tribunal de Justiça

decidida recentemente, no ano de 2009, haja vista que a ação anterior (autos nº 19023/92), cujas cópias constam dos autos, foi anulada por falta de intimação do Ministério Público: Logo, eventual direito adquirido pela Sra. Iva somente ocorreu posteriormente à efetivação do esbulho e do ajuizamento da presente ação possessória, não podendo ser considerado nesta via.

Em segundo lugar, eventual direito à meação será decidido nos autos do inventário, ainda em curso perante a Segunda Vara de Família, Órfãos e Sucessões de Taguatinga (processo nº 14.591/91), valendo lembrar, ademais, que o direito sucessório, relacionado ao domínio e à propriedade, não se confunde com a ação possessória.

Assim, é evidente que a posse do espólio é melhor do que a pretendida pelos ora apelantes, merecendo, pois, somente aquela proteção jurídica (e-STJ, fls. 867/869).

Assim, ultrapassar a conclusão a que chegou o eg. Tribunal Distrital, no sentido de que o ESPÓLIO demonstrou a posse do autor da herança anterior ao pedido de reintegração, além do esbulho praticado por SUELHA e IONE, exigiria inevitável revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, pois vedado pela Súmula nº 7 desta Corte: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

Nesse sentido, confirmam-se os precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. OMISSÃO NÃO OCORRÊNCIA. APELAÇÃO. REPETIÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO. POSSIBILIDADE. POSSE. ALEGAÇÃO DE DOMÍNIO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. ESBULHO NÃO DEMONSTRADO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

[...]

3. Na hipótese em que os litigantes não disputam a posse com base na alegação de domínio, a ausência de demonstração da posse anterior pelos autores justifica a improcedência da ação de reintegração de posse.

4. A revisão de matéria - prática de esbulho pelo réu da ação de reintegração de posse - que demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, não pode ser feita na via especial, diante do óbice da Súmula 7 deste Tribunal.

5. Agravo interno desprovido.

Superior Tribunal de Justiça

(AgInt no AREsp 1.288.260/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 14/8/2018, DJe 5/9/2018)

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO. INSURGÊNCIA RECURSAL DOS DEMANDANTES. OMISSÃO DE JULGAMENTO. INOCORRÊNCIA. REQUISITOS PARA PROTEÇÃO POSSESSÓRIA. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INVIÁVEL O EXAME DIANTE DO ÓBICE DA SÚMULA 7 DO STJ.

[...]

2. A revisão da conclusão da Corte de origem acerca da ausência dos requisitos ensejadores da proteção possessória pleiteada demanda a reapreciação probatória, obstada pela incidência da Súmula 7/STJ.

[...]

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 124.634/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, julgado em 15/12/2015, DJe 1/2/2016)

(2) Dos efeitos da procuração diante da morte do outorgado

Quanto a alegação de que os efeitos da procuração foram extintos diante da morte do outorgado, tem-se que além de não ter sido indicado o dispositivo legal apontado como violado, a matéria não foi objeto de debate pelo Tribunal Distrital e tampouco foram opostos embargos de declaração, especificamente, a fim de que fosse suprida a exigência do prequestionamento.

Assim, inafastável, a incidência das Súmulas n°s 282 e 356, ambas do STF.

A propósito, vejam-se os julgados:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE SEGURO AUTOMOTIVO. NEGATIVA DE COBERTURA. 1. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. RESTITUIÇÃO EM DOBRO DE PARCELA PAGA DO PRÊMIO. CONDENAÇÃO EM LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. 2.

Superior Tribunal de Justiça

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO.
IMPOSSIBILIDADE. 3. AUSÊNCIA DE
PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. 4.
AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A indicação de violação de dispositivos legais que nem sequer foram debatidos pelo Tribunal de origem obsta o conhecimento do recurso especial pela ausência de prequestionamento. Aplicação das Súmulas 282 e 356 do STF.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 727.129/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 22/9/2015, DJe 9/10/2015 - sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA. PLANO DE SAÚDE. LIMITAÇÃO DO TEMPO DE INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 302/STJ. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. VALOR RAZOÁVEL. REVISÃO.

1. A ausência de prequestionamento dos dispositivos legais tidos por violados impede o conhecimento do recurso especial quanto ao ponto (enunciados 282 e 356 da Súmula do STF).

[...].

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 741.927/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, j. 17/9/2015, DJe 28/9/2015 - sem destaque no original)

(3) Da impossibilidade jurídica do pedido

Como já visto, a questão controvertida diz respeito à disputa de proteção possessória entre particulares, tendo como objeto imóvel público.

O Tribunal Distrital, no julgamento dos recursos de apelação interpostos por ambas as partes, entendeu pela possibilidade jurídica do pleito de proteção possessória sobre imóvel público porque a disputa da posse é realizada entre particulares, a saber:

Quanto à tese de impossibilidade jurídica do pedido, rejeito-a de pronto. Deveras, a despeito de não existir posse em terra pública, o conflito entre particulares relativo à situação de fato de detenção sobre o bem é passível de ser dirimido pela via dos interditos possessórios, sob pena de violação ao princípio da

Superior Tribunal de Justiça

inafastabilidade da jurisdição.

Nesse sentido, é exemplar o seguinte precedente:

[...]

O inconformismo dos apelantes não prospera.

Com efeito, estabelece o Código de Processo Civil, em seu artigo 926, que o possuidor tem o direito de ser mantido na posse em caso de turbação e reintegrado no caso de esbulho.

O artigo subsequente, a seu turno, resume os requisitos indispensáveis à concessão da reintegração da posse, a saber, a inequívoca existência da posse anterior, a prova do esbulho praticado pelo réu, da perda da posse e da data do esbulho.

Na verdade, o essencial para a concessão da medida possessória é a comprovação da posse e do ato que a ameaça ou a viola.

Nesse sentido, aliás, caminha a jurisprudência, senão vejamos:

[...]

No caso concreto, há provas do efetivo exercício da posse do imóvel ora em discussão pelo falecido Biagio Santoro, bem como do esbulho perpetrado pela parte ré, desincumbindo-se, pois, o espólio autor do ônus de provar os fatos constitutivos do seu direito (artigo 333, I do CPC). Deveras, constam dos autos a procuração em que o Sr. Milton Lourenço Diniz outorgou poderes a Biagio Santoro referentes à posse sobre a chácara 323 da Colônia Vicente Pires (fls. 13/14), a autorização da Fundação Zoobotânica para edificar a casa de alvenaria no referido lote (fl. 16), bem como o cadastro de produtor rural, onde o requerente consta como possuidor da área (fl. 19).

O depoimento da testemunha Helenice Franco Pacheco (fl. 425 dos autos em apenso - processo nº 2005 07 1 002411-8), ademais, confirmou que o Sr. Biagio Santoro exercia a posse sobre o bem antes do seu falecimento. A propósito, confira-se o seguinte trecho do depoimento:

[...]

Por outro lado, o esbulho praticado pelos ora apelantes é manifesto.

De fato, desde o ano de 1991, existiam ações de sequestro (autos nº 14.887/91) e de protesto contra a alienação de bens (autos nº 18.241/91), as quais deram publicidade à litigiosidade da chácara ora reivindicada.

Ou seja, muito antes de os ora apelantes terem firmado o contrato de cessão de direitos sobre o bem já era notória a ocorrência do seu indevido parcelamento e apossamento, de modo que não podem, agora, invocar o desconhecimento desse vício e a boa-fé da posse.

[...]

Assim, é evidente que a posse do espólio é melhor do que a pretendida pelos ora apelantes, merecendo, pois, somente aquela proteção jurídica (e-STJ, fl. 865/869)

Superior Tribunal de Justiça

No caso dos autos, embora não se possa falar em posse sobre bem público, mas mera detenção, quando a disputa se dá entre particulares é possível a garantia pela proteção possessória à parte que demonstrar sua autorização para ocupar o bem.

Sobre o tema, deve-se distinguir duas situações: uma em que o particular invade imóvel público e busca proteção possessória contra o próprio ente estatal e outra em que dois particulares litigam para ver quem possui direito para permanecer nesse bem público.

Nessa ordem de ideias, forçoso concordar com o Tribunal Distrital no sentido de que, ainda que a posse não possa ser oposta ao ente público, senhor da propriedade do bem, ela pode ser oposta contra outros particulares.

Os interditos possessórios são, portanto, adequados à discussão da melhor posse entre particulares, ainda que relativamente a terras públicas.

Esse inclusive, é o posicionamento predominante nesta Corte:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO EM AUTOS DE INVENTÁRIO. IMÓVEL PERTENCENTE À TERRACAP. PROTEÇÃO POSSESSÓRIA. DISPUTA ENTRE PARTICULARES. POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Embora não se possa falar em posse, mas mera detenção quanto ao bem público, no caso em que a disputa ocorre entre particulares, é possível se garantir uma proteção possessória àquele que demonstra estar autorizado a ocupar o bem.

2. Realmente, são duas situações que devem ter tratamentos bem distintos: aquela em que o particular invade imóvel público e almeja proteção possessória em face do ente estatal e a disputa possessória entre particulares no tocante a bem público. No último caso, é possível o manejo de interditos possessórios, em que pese a posse dos litigantes estar situada em bem público.

3. No caso dos autos, em que a disputa da posse ocorre entre particulares a respeito de bem incluído em inventário, tem-se por juridicamente possível o pedido de proteção possessória formulado pelo embargante, ocupante do imóvel público.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1324548/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 18/08/2017)

PROCESSUAL CIVIL. ÁREAS PÚBLICAS DISPUTADAS ENTRE PARTICULARES. POSSIBILIDADE DO SOCORRO ÀS DEMANDAS POSSESSÓRIAS.

Superior Tribunal de Justiça

1. A ocupação de área pública, sem autorização expressa e legítima do titular do domínio, não pode ser confundida com a mera detenção.

2. Aquele que invade terras e nela constrói sua moradia jamais exercerá a posse em nome alheio. Não há entre ele e o proprietário ou quem assim possa ser qualificado como o que ostenta jus possidendi uma relação de dependência ou subordinação.

3. Ainda que a posse não possa ser oposta ao ente público senhor da propriedade do bem, ela pode ser oposta contra outros particulares, tornando admissíveis as ações possessórias entre invasores.

4. Recurso especial não provido.

(REsp 1.484.304/DF, de minha relatoria, Terceira Turma, j. 10/03/2016, DJe 15/03/2016)

RECURSO ESPECIAL. POSSE. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. BEM PÚBLICO DOMINICAL. LITÍGIO ENTRE PARTICULARES. INTERDITO POSSESSÓRIO. POSSIBILIDADE. FUNÇÃO SOCIAL. OCORRÊNCIA.

1. Na ocupação de bem público, duas situações devem ter tratamentos distintos: i) aquela em que o particular invade imóvel público e almeja proteção possessória ou indenização/retenção em face do ente estatal e ii) as contendas possessórias entre particulares no tocante a imóvel situado em terras públicas.

2. A posse deve ser protegida como um fim em si mesma, exercendo o particular o poder fático sobre a res e garantindo sua função social, sendo que o critério para aferir se há posse ou detenção não é o estrutural e sim o funcional. É a afetação do bem a uma finalidade pública que dirá se pode ou não ser objeto de atos possessórios por um particular.

[...]

4. É possível o manejo de interditos possessórios em litígio entre particulares sobre bem público dominical, pois entre ambos a disputa será relativa à posse.

[...].

9. Recurso especial não provido.

(REsp 1.296.964/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, j. 18/10/2016, DJe 7/12/2016, sem destaque no original)

Incide ao caso, portanto, a Súmula nº 568 desta Corte.

Nessas condições, **CONHEÇO EM PARTE** do recurso especial e a ele **NEGO PROVIMENTO**.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

